

# Intelectuais de extrema direita e a negação do Holocausto nos EUA dos anos 1960

Luiz Paulo Araújo Magalhães\*

## Resumo

Este artigo trata da negação do Holocausto como uma prática instituída em círculos da extrema-direita estadunidense entre meados e finais da década de 1960. Ele sistematiza uma investigação sobre como uma rede em potencial de intelectuais se formou em torno da prática da negação e como essa prática foi informada e informou valores e disputas desse campo político. Com isso, o artigo demonstra que a prática negadora incorpora esquemas de percepção do mundo, hábitos de pensamento, valores e visões do passado que criam ou atualizam comunidades de sentido e unidades de ação em potencial definidas, sobretudo, em relação negativa a valores e princípios das democracias liberais.

Palavras-chave: Extrema-direita, Intelectuais, Negação, Holocausto.

## Abstract

This paper deals with Holocaust denial as an extreme right political and intellectual founded practice. Its presents an investigation about how a potential intellectual network was formed around the denial, and how the denial practice informed and was informed by extreme right values and programs. Doing so, this paper shows how the denial embodies political worldviews, patterns of thought, visions and interpretation of the past and values that actualized or created sense of community and potential action unites that were defined, above all, against democratic-liberal values and principles.

Keywords: Extreme-right, Intellectuals, Denial, Holocaust.

\* Bacharel em Relações Internacionais, Mestre em História e Doutorando em História. Desenvolve pesquisas sobre política, intelectuais de extrema-direita e negação de crimes contra a humanidade. E-mail: luizpmagalhaesufrj@gmail.com.

### **Introdução: a política da negação do Holocausto**

A negação de crimes contra a humanidade é um fenômeno complexo. Suas manifestações variam no tempo e no espaço e conhecem diferentes objetos, diferentes sujeitos, diferentes expedientes e repertórios intelectuais. Uma das mais conhecidas e duradouras de suas variedades é aquela que toma o Holocausto como objeto (C.f.: MORAES, 2008, 2011, 2013; ATKINS, 2003; CHARNY, 2002, 2003; CHURCHILL, 2003; MAGALHÃES, 2019).

É possível descrever o processo de desenvolvimento da negação do Holocausto em três fases. A primeira é aquela em que a negação era, ao mesmo tempo, uma condição e um expediente do planejamento e da execução dos crimes nazistas, antes e durante a II Guerra Mundial, portanto. A fase seguinte avança pelas duas décadas que se seguiram imediatamente à guerra, quando a prática encontrou alguma sobrevida entre círculos de intelectuais que desejavam reabilitar a extrema-direita através da justificação e/ou da relativização dos crimes nazistas. Por fim, há ainda uma terceira fase, que parte de meados dos anos 1960 e se consolida institucionalmente entre finais dos anos 1970 (MORAES, 2011; MAGALHÃES, 2019).

Nesse período, a justificação ressentida e genérica dos crimes nazistas dos manifestos e panfletos do imediato pós-guerra, deu lugar à negação categórica e enfática do Holocausto. A partir daí, entre os anos 1960, a negação passou a ser elaborada e comunicada através de uma retórica indiciária. Ao longo dos anos 1970, os negadores construíam uma imagem da política e do processo de extermínio nazista ou como uma mentira natural e auto-evidente, ou como uma falsificação cientificamente ou verificada e/ou verificável (MORAES, 2013; MAGALHÃES, 2019).

Os porta-vozes dessa proclamação passaram, eles também a se apresentarem como pesquisadores, professores e cientistas desinteressados. Eles se identificavam publicamente por meio de instituições acadêmicas ou para-acadêmicas, associações, editoras, periódicos etc., e não com organizações e projetos políticos. E ainda: com uma suposta tendência ou escola historiográfica dita “Revisionista”, definida negativamente em relação ao que eram percebidos como a historiografia e os historiadores do Holocausto, nomeados pelos negadores como “Exterminacionista(s)” (MAGALHÃES, 2019).

Os estudos historiográficos sobre a negação que produziram matrizes interpretativas são contemporâneos a essas mudanças e, entre finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, passaram a se referir a seus objetos e sujeitos através do uso do descritor *negacionismo do Holocausto*. Com esse termo, os historiadores da negação identificavam algo como um movimento da extrema-direita que, através da falsificação sistemática de interpretações do passado nazista, buscava meios de reabilitar a extrema-direita no presente. (C.f., por exemplo: VIDAL-NAQUET, 1988, LIPSTADT, 1993; ATKINS, 2003)

Essa definição depende de concepções particulares sobre a natureza da prática negadora. A mais recorrente delas concebe a prática negadora como uma pseudo-ciência.

Segundo essa definição, os negadores abusam dos referenciais de legitimidade do texto historiográfico e/ou da retórica científica para camuflar com uma fachada autorizada o sentido programático tácito de sua prática politicamente orientada (SEIDEL, 1986; VIDAL-NAQUET, 1988; LIPSTADT, 1993; ATKINS, 2003; C.f. também MORAES, 2008, 2011, 2013).

A ideia de que a negação é uma forma pseudo-ciêntífica de interpretação do passado é o resultado de práticas analíticas que se baseiam em jogos de presenças e ausências, cujo resultado às vezes tem soma zero. É como se alguns dos historiadores que lidaram com fenômeno tivessem buscado lá, no texto negacionista, aquilo que jamais poderiam encontrar: as regras de sua própria prática, os limites de sua própria disciplina, o princípio que rege a autoridade sobre quem e onde se pode falar sobre o passado, enfim, sobre as fronteiras da instituição historiográfica<sup>1</sup>. E os resultados dessa busca acabam por reproduzir e reiterar, ainda que de maneira negativa, o próprio fundamento da auto-imagem dos negadores, que está no emprego da dinâmica de pares semânticos opostos.<sup>2</sup> (C.f., por exemplo: VIDAL-NAQUET, 1988; LIPSTADT, 1993; ATKINS, 2003).

Houve outros casos em que a tese que elabora a negação do Holocausto como uma forma pseudo-ciêntífica de interpretação do passado tivesse sido derivada das concepções do político que informaram trabalhos sobre a extrema-direita que, de alguma forma, trataram ou se referiram à negação. Nesses casos, especialmente em certas interpretações neo-institucionalistas e/ou liberais sobre a extrema-direita, a prática da negação é descartada como objeto político e, não raro, caracterizada de “revisionismo” relativamente autorizado que pode, por isso mesmo, ser eventualmente usado pela extrema-direita para fins propagandísticos. E isso por que, segundo essa concepção, a política diz respeito não aos discursos sobre o passado ou às representações no geral, mas, sim, aos partidos, às associações, às ideologias formalizadas e, enfim, tudo aquilo que concorre e ocorre em torno do estado e daquilo que é percebido e elaborado como sua prerrogativa e predicado: o poder político, que seria também esse poder universal, exclusivo e inclusivo que define o estado como unidade.

Esse é o caso da interpretação oferecida por Peter Davies e Dereck Lynch em importante trabalho de referência. Segundo os autores, haveria um debate sobre a natureza do negacionismo. Em relação a esse debate, sobre o qual ficamos sem saber os termos, eles declaram ter dúvidas sobre a natureza política da negação, ou sobre se a negação é ou não um fenômeno se define por si e em si mesmo pela política de extrema-direita. (DAVIES, LYNCH, 2002, p. 38-39, 56-57).

---

<sup>1</sup> Refiro-me à definição de Roger Chartier para a instituição histórica. Sobre ela, c.f.: CHARTIER, R. A instituição histórica. In:\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, pp. 17-31.

<sup>2</sup>Sobre o sentido político classificações assimétricas dessa natureza, c.f.: KOSSELLECK, R. The Historical-Political Semantics of Asymmetric Counterconcepts. In:\_\_\_\_\_. **Futures Past: on the Semantics of Historical Past**. Nova York: Columbia University Press, 2004, pp. 155-191.

Nesse caso, a pertinência sequer é elaborada como problema. A percepção de Davies e Lynch é a de que o negacionismo é, como pseudo-ciência, um desserviço à história. Para os cientistas políticos, o uso programático do expediente da negação teria a ver mais com os limites sobre o que se pode falar sobre o passado, ou, sem seus termos, com a liberdade de expressão do que com a política propriamente dita (DAVIES, LYNCH, *idem*).

Outro caso significativo que reproduz esse tipo de análise é a de Roger Eatwell. Para esse historiador liberal inglês, o negacionismo é também uma forma de “revisionismo histórico” essencialmente definido como um eventual elemento propagandístico do neofascismo. Em suas interpretações, Eatwell sugere que natureza e os usos da negação do Holocausto se manifestariam menos por afinidades programáticas marcadas no terreno da extrema-direita do que por aquilo que ele descreve como uma prática de relativa má-fé científica e o desconhecimento público sobre os acontecimentos que seriam objetos dessa suposta “revisão”. E aqui o problema é de natureza lógica: a negação não cabe na classificação genética e palingênica do fascismo, que é definido por Eatwell como uma matriz ideologia sincrética, embrionária e negativa que visa a construção de um “novo homem”, capaz de criar uma nação holística e oferecer uma terceira via entre o capitalismo liberal e o comunismo (C.f, por exemplo: EATWELL, 1992, 1991, 1996).

Essas teses não levam a sério o fenômeno da negação e, por isso, ignoram *a priori* a diversidade e a complexidade de suas manifestações. Ela elabora os sujeitos e os objetos da prática negacionista e prática em si mesmo como se eles fossem variáveis que habitam uma espécie de vazio social que sobredeterminado ou subdeterminado pela política, que é, por sua vez, compreendida em termos dos negócios e dos arranjos sistemáticos do Estado ou dos sistemas políticos que se definem em relação ao Estado.

Neste artigo, tenho a expectativa de oferecer soluções possíveis a esse problema. Farei isso tratando de um caso específico, localizado em um estágio particular do desenvolvimento de um campo da extrema-direita estadunidense. Com a demonstração dos resultados parciais dessa pesquisa, devo testar a hipótese segundo a qual mais do que recurso propagandístico e reabilitador da extrema-direita ou do que um abuso do passado, a negação incorpora, codifica, atualiza, informa e é informada por valores, visões do passado, esquemas de percepção e hábitos de pensamento desse campo político.

Assim, a falsificação do passado nazista materializada no discurso negador do Holocausto aparecerá como criadora ou reprodutora de comunidades de sentido e unidades potenciais de ação. Os resultados que serão apresentados permitirão localizar a negação no terreno daquilo que Pierre Bourdieu (1998, p. 108) chamou de “lutas entre representações” pela definição das fronteiras do mundo social. E mais, ainda: eles devem permitir elaborar a proposição segundo a qual a negação pode se manifestar também como uma espécie de *tecnologia da violência* que, ao reintegrar eventos-limites às fronteiras do possível de

determinado grupo, oferece e institucionaliza a violência como alternativa e como meio político para a construção de um mundo sem o outro. Nesse caso específico, nos EUA de meados dos anos 1960 e início dos 1970, estaremos falando de um conjunto de práticas e expedientes intelectuais que foram informadas e informaram uma visão de mundo racista e um projeto de segregação e exclusão racial.

Uma interpretação como essa depende de uma forma particular de operar com o conceito de político e de analisar os fenômenos políticos. Aqui eu trato do político como um campo relacional e dinâmico, como o espaço *intra* (ARENDR, 1998, pp. 21-24) “em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens das mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações; [e] remete à existência de uma sociedade que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido”. (ROSANVALLON, 2010).

Da mesma forma, a análise toma como objetos prática e relações entre intelectuais não como subordinadas aos domínios tidos como relativamente isolados da cultura ou da política. Ao contrário, aqui os intelectuais e as práticas intelectuais se situam de diversas maneiras entre as tensões desse lugar *intra* do político como produtores, produtos, mediadores e meios das representações que dão sentido ao mundo e aos projetos de transformação do mundo. (ROSANVALLON, 2010).

Essa forma de tratar do político e dos intelectuais funciona aqui em relação a uma definição instrumental da categoria extrema-direita. Para escapar sem prejuízo dos debates normativos e das polêmicas sobre terminologias, neste trabalho me refiro à extrema-direita através de uma categoria descritiva nativa. Trato-a aqui como um campo político acidentado em que se relacionam uma diversidade de agentes, adeptos, famílias, tradições, organizações, práticas, instituições políticas que informam e são informadas por modos de perceber o mundo, valores e princípios contrários que, para além de serem definidos negativamente a princípios e valores das democracias liberais (pluralismo, diversidade, liberdade etc.), visam influenciar e transformar o espaço social e o ambiente político, fornece comunidade de sentido e a realização de seus agentes em função de um projeto de mundo excludente. (KLANDERMANS, MAYER, 2006, pp. 3-16; 269-277.)

Este texto está dividido em duas seções que se seguem à esta introdução. Essa estrutura permitirá a demonstração da hipótese e materialização de parte de um trabalho de pesquisa mais amplo. Na primeira dessas, demonstrarei como, nesse período e em circunstâncias particulares, em torno da prática da negação formou-se uma rede em potencial de intelectuais da extrema-direita estadunidense. Logo depois, demonstrarei como formas de agir e perceber o mundo foram socializadas e circuladas através dessa rede construída em torno da negação do Holocausto.

## A extrema-direita estadunidense e a negação do Holocausto

Alguns jovens se reuniram no centro de convenções de um hotel nos arredores de Pittsburgh, na Pensilvânia, em janeiro de 1969. Eles ainda eram membros registrados do *Youth for Wallace*, um comitê juvenil organizado para a campanha presidencial do governador democrata do Alabama, George Wallace, pelo *American Independent Party* no anterior. (ZESKIND, 2009, pp. 15.)<sup>3</sup>

Depois de terem perdido as eleições em um conturbado processo, aqueles jovens se reuniram naquela ocasião para falar e ouvir sobre o futuro. Mais precisamente, sobre o que seria da organização que eles haviam integrado até então. O encontro teria sido um marco. Eles se reuniram como membros de um comitê de campanha eleitoral circunstancial e saíram como membros de uma nova organização, que deveria ser permanente e programática sem perder, porém, o alcance nacional: a *National Youth Alliance*.

Fundada nessa reunião, a *National Youth Alliance* aproveitava os esforços de recrutamento e mobilização da campanha presidencial de Wallace. E isso por que a novíssima organização deveria fornecer as condições e os meios institucionais para a divulgação e execução de um programa de transformação nacional em curto, médio e longo prazo e que, com essas dimensões e com esse formato, deveria ir além das disputas estritamente eleitorais.

É isso o que se vê no programa que foi adotado pelo grupo. Ele era composto por quatro pontos sintéticos, todos eles baseados em ações diretas nacionalmente coordenadas. Segundo esse programa, os membros da *National Youth Alliance* deveriam se dedicar a) ao combate, à remoção e à destruição de células e diretórios de organizações de esquerda em *campi* universitários; b) à neutralização e ao combate de organizações dos movimentos negros dos movimentos universitários por direitos civis de minorias; c) combate ao consumo e à circulação de drogas em instituições de ensino; e d) à oposição e à resistência ao alistamento compulsório para o serviço militar em guerras e conflitos fora do território nacional, como a Guerra do Vietnã (FBI, Memo. 157-3447-73, 28/06/1969; MAGALHÃES, 2019, pp. 16-17).

Durante a convenção de lançamento da *National Youth Alliance* e de seu programa, entre palestras e discussões, o mestre de cerimônias que presidia o evento anunciou o lançamento de

---

<sup>3</sup>Wallace era uma figura de proa dos círculos segregacionistas e anti-comunistas do Partido Democrata. Ele exerceu quatro mandados como governador do Alabama (1963-1967; 1971-1979; 1983-1987) e tentou três candidaturas presidenciais que não passaram das primárias do partido. Em 1968 ele lançou sua candidatura por um “terceiro partido”, o *American Independent Party*. Formado um ano antes do pleito nacional como plataforma para a candidatura de Wallace, a agremiação composta por veteranos da direita racista e segregacionista estadunidense não dispunha dos mesmos aparatos organizacionais disponíveis aos seus adversários mais poderosos. Para resolver essa situação e executar a campanha, foram formados comitês locais, regionais e nacionais. Nesse processo, foram recrutados adeptos de todas as colorações da extrema-direita estadunidense, desde pequenas organizações e grupos de base até associações e organizações robustas e bem financiadas. O *Youth for Wallace W.* foi o maior desses comitês. Sobre a candidatura de Wallace pelo A.I.P e sobre a formação do *Youth for Wallace*, c.f.: DURHAN, 2007, pp. 118-120; ZESKIND, 2009, pp. 17-26.

um livro que acabara de sair da prensa. Era a primeira edição de *The Myth of Six Million* (1969) (ZESKIND, 2009, p. 15).

*The Myth...*(1969) contava uma história do tratamento conferido aos judeus alemães pelo III Reich. Essa história nos diz que as atrocidades em massa cometidas pelo regime nazista teriam sido impossíveis e impraticáveis. Ela supõe que o tratamento conferido aos grupos indesejáveis não seria uma particularidade do nazismo, mas um capítulo da moderna história do estado nacional alemão. Dessa forma, teriam sido justas mesmo as medidas de exclusão mais drásticas, como as leis raciais de Nuremberg, essas sim percebidas como uma peculiaridade do III Reich. E teriam justas não por acaso, mas como medidas de segurança nacional concebidas e aplicadas sempre contra aqueles que eram percebidos e identificados como elementos estrangeiros e degeneradores da raça e do espírito nacional. Portanto, para o autor dessa história, a afirmação de que seis milhões de judeus teriam sido mortos na Alemanha Nazista em consequência dessas medidas não podia ser outra coisa senão uma falsificação: a política de extermínio nazista não poderia ter sido executada porque não teria concebida, porque não haveria evidências de sua concepção e execução onde quer que fosse. O extermínio seria, portanto, uma mentira, uma peça de propaganda fictícia produzida pelos “os judeus” internacionalmente articulados entre si e em conluio com os EUA e com a URSS. Ele seria, ainda, uma versão atualizada das imagens do “Hitler monstruoso”.

Essa era uma história falsa, apesar de seus fundamentos já serem provavelmente reconhecidos como verdadeiros pelo público a quem ela era apresentada. Para eles, a derrota das forças do Eixo e, especialmente da Alemanha, era o equivalente à vitória do modelo democrático-liberal e do comunismo soviético. O que explicava ou justificava essa derrota era um discurso corrente entre círculos da extrema-direita do pós-guerra. Acreditava-se que a derrota fosse uma suposta conspiração orquestrada e executada por entidades misteriosas como “os judeus”, “os comunistas” e “os plutocratas capitalistas/ liberais”. Mas, apesar disso, tudo indica que aquela era a primeira vez que anglofónos estadunidenses tinham acesso à negação categórica do Holocausto e dos crimes nazistas apresentada como o resultado de pesquisa sistemática amparada em evidências (MAGALHÃES, 2019, p. 18-19).

Ainda assim, e por isso mesmo, por que essa história, contada dessa forma, era interessante a aquele público naquelas circunstâncias? É possível encontrar respostas para essa pergunta em pistas descobertas no processo que vai da produção e circulação do manuscrito de *The Myth...*, entre meados dos anos 1960, até a sua primeira edição, materializada no volume que foi apresentado aos jovens membros da mais nova *National Youth Alliance* em janeiro de 1969.

Essas pistas partem do que é mais evidente. Essa primeira edição de *The Myth...* era um produto da casa. Ela saíra pela *Noontide Press*, editora que funcionava na costa oeste estadunidense desde meados da década de 1950 e era especializada em literatura racista e anti-

comunista. O dono e operador da *Noontide Press* era Willis Carto, que então era apenas um promissor editor, organizador e político com alguns trânsitos pela extrema-direita estadunidense. (ZESKIND, 2009, MAGALHÃES, 2019)

Carto conseguiu essa proeminência em potencial depois de passar algum tempo tentando lançar suas próprias iniciativas organizacionais e editoriais. Ele ingressara no mundo da política de extrema-direita estadunidense em meados dos anos 1950, circulando por comitês do Partido Republicano, entre figuras do chamado de “libertarianismo” e entre grupos e organizações segregacionistas. De forma que, pelo final da década de 1960, Carto já tinha trabalhado em organizações nacionalmente estruturadas e bem financiadas como a *John Birch Society* e lançado algumas iniciativas editoriais mais ou menos bem-sucedidas<sup>4</sup> (IDEM).

Nesse mesmo período, entre meados e finais dos anos 1960, Carto participou da coordenação da campanha presidencial de Wallace, que era baseada em uma espécie de coalização nacional de grupos de base da extrema-direita estruturada em torno do *American Independent Party*. A sua posição na campanha de 1968 foi o resultado de um movimento realizado anos antes. Em 1964, Wallace foi derrotado por Lyndon Johnson nas primárias presidenciais do Partido Democrata. Apesar da derrota, Wallace havia recebido uma quantidade significativa de votos para além dos estados do Sul, onde tinha uma clientela eleitoral mais consolidada. Percebendo essa tendência, desde logo, e sem muito sucesso inicialmente, Carto tentou se

---

<sup>4</sup>Os termos libertarianismo/libertário se referem a um terreno político-intelectual acidentado, são polissêmicos e são objetos de disputas simbólicas pelo menos desde os anos 1950. Aqui eu me refiro a uma categoria nativa e falo de uma das vertentes de um movimento diverso, que se apresentava como libertário para marcar uma ruptura com o liberalismo clássico, com comunismo e com o socialismo – categorias que não raro eram e são homologadas enquanto formas coletivistas e/ou centralizadoras de pensamento político, econômico e social. Barnes foi uma figura de proa desses círculos e foi transformado em um dos fundadores do dito revisionismo que, depois dele, foi continuado por James J. Martin, Murray Rothbard e pelos seus discípulos e herdeiros deste. Esse “revisionismo” que continua o de Barnes parte do pressuposto de que existe uma “história oficial” – uma história feita pelo estado e para o estado através de cooptação e do recrutamento destes a quem Barnes chamava de “historiadores da corte”. Segundo esse mesmo pressuposto, essa história é necessariamente falsa e serve para perpetuar a dominação do Estado sobre a vida das pessoas. Barnes se tornou atrativo para esses grupos por que seus escritos ditos revisionistas sobre a I e da II Guerra Mundial declaravam, no geral, que as guerras e a política externa intervencionista seriam o ponto alto da ação dominante e centralizadora do estado e que as tentativas de “demonstrar” isso seriam continuamente suprimidas e condenadas ao ostracismo. C.f.: ROTHBARD, 1968, 1969; HAMOWY et. al., 2009; CATHO INSTITUTE; DOHERTY, 2007. Sobre o revisionismo libertário em relações ao campo historiográfico estadunidense, c.f.: APPLEBY, HUNT, JACOB, 1994; NOVICK, 2005 (1988). Para uma visão nativa, c.f.: RIGGENBACH, 2009. Carto transitou por esses círculos da direita libertária estadunidense durante a década de 1950 através de Robert Lefevre, figura que se tornaria um dos pontos nodais daquela rede construída em torno de Rothbard. Esses vínculos se mantiveram e se aprofundaram, apesar de Carto ter deixado e transitar organicamente por esse terreno já no final daquela década. Seu desligamento relativo pode estar relacionado a questões programáticas (a defesa radical do nacionalismo racista e segregacionista) e a questões organizacionais (a falta de apoio para as suas próprias iniciativas organizacionais). O afastamento se deu no momento em que Carto passou a circular por grupos segregacionistas de projeção nacional, com a *John Birch Society* de John Welch, e a buscar apoio nesses. De qualquer forma, pelos idos da década de 1980, Carto via o libertarianismo como uma espécie de “religião secular”, como uma ideologia estrangeira, como uma difícil e irrealizável síntese entre o anarquismo de esquerda, o conservadorismo de direita e a defesa do livre mercado, um fundamento essencialmente liberal. C.f.: CARTO, 1996, p. 273. Sobre o libertarianismo e a extrema-direita estadunidense no geral, c.f.: BRENNAN, VOSSSEN, SCHIDTZ, et. al., 2017; MACLEAN, 2017. Sobre Welch e a JBS, c.f.: MULLOY, 2014.



aproximar de Wallace e começou a mobilizar esforços para uma possível candidatura do governador. Dessa forma, em 1967, quando o *American Independent Party* foi criado para lançar a candidatura de Wallace, Carto já vinha fazendo campanha de maneira mais ou menos sistemática e tinha meios para conseguir organizar e coordenar todo o esforço de recrutamento daquele que seria o maior comitê da campanha de Wallace: o *Youth for Wallace*. (IBDEM)

E era o mesmo Carto quem presidiu a reunião de lançamento do *National Youth Alliance* em janeiro de 1969. Essa nova organização juvenil reestruturada a partir de um comitê eleitoral funcionou até 1972 como uma organização relativamente independente ou como um braço do *Liberty Lobby*, que era uma espécie de grupo de pressão e escritório de representação (*advocacy group*) dos interesses de grupos de base da extrema-direita (*grass-roots*) estadunidense. Essa organização, fundada havia pouco por Carto, era a materialização de um projeto que existia mais ou menos formalizado desde 1958: o de expurgar supostos e esotéricos grupos de pressão estrangeiros que, misteriosamente, teriam se infiltrado, se apossado e corrompido não só a política, mas a vida nacional. Agora, a *National Youth Alliance* poderia fornecer jovens recrutas para a divulgação e para a execução desse programa (IBDEM).

A primeira edição de Carto para *The Myth of Six Million* (1969), tal como lançada cerimonialmente na reunião de fundação do *National Youth Alliance*, apareceu sem ter autoria creditada. Na introdução do volume, seu misterioso autor foi apresentado como um professor universitário que teria preferido o anonimato como prevenção às represálias antevistas que poderiam advir da publicidade daquele material tido como subversivo.

Acontece que a preocupação e a justificativa pelo anonimato era irrealista. O autor de *The Myth...* era de fato um professor universitário. Mas, até então, ele havia atuado apenas e ocasionalmente como professor substituto em algumas instituições de ensino. Portanto, era pouco provável que ele sofresse alguma consequência drástica em função de seu livro. Em 1969, quando esse seu livro foi publicado, ele já era conhecido e respeitado em círculos intelectuais da extrema-direita estadunidense e europeia, da mesma forma como conhecia má fama entre círculos de historiadores profissionais estadunidenses. Seu nome era David Hoggan.

Doutor em História por Havard, Hoggan havia ficado mal conhecido por transformar sua tese de doutoramento sobre a política externa nazista para a Polônia em um livro apologético ao III Reich. Nele, Hoggan denunciava uma suposta conspiração entre burocratas ingleses e poloneses como a verdadeira causa da II Guerra Mundial e vitimadores da Alemanha. Esse livro, muito antes de ter sido publicado nos EUA, fora publicado em alemão por uma importante editora da extrema-direita europeia no início dos anos 1960 com o título de *Der Erzwungene Krieg: die Ursachen und Urheber des 2. Weltkriegs* (1961) (“A guerra forçada: a causa e os causadores da II Guerra Mundial”, sem tradução para o português).

Esse livro derivado da tese de Hoggan foi, de fato, mal recebido entre seus pares no mundo universitário. Gerald Weinberg (1962), um já importante historiador da II Guerra Mundial, resenhou o material para a prestigiosa *American Historical Review* pouco depois da sua edição original em alemão ter saído. Nessa resenha, Weinberg apresentou a tese de Hoggan para depois demonstrar sistematicamente que ela era o resultado de um conjunto de fraudes processuais.

De outra forma, entre intelectuais da extrema-direita estadunidense, Hoggan foi acolhido como uma figura reconhecida e destacada. Um dos entusiastas de primeira hora do livro derivado de sua tese de doutoramento foi o historiador Harry Elmer Barnes. Amigo íntimo de Hoggan, Barnes acompanhou de perto e assessorou o processo de adaptação da tese para o texto que compôs o livro (MAGALHÃES, 2019, pp. 23-25).

Entre as décadas de 1920 e 1930 Barnes experimentou algum prestígio profissional. Por essa época ele transitou com destaque por diferentes campos das ciências sociais e entre intelectuais e políticos da esquerda estadunidense. Já entre o final da década de 1930, quando então era um expoente entre um conjunto de historiadores revisionistas, Barnes passou a aderir posições ardentemente nacionalistas, isolacionistas e anti-comunistas. Suas críticas iconoclastas se dirigiam sobretudo à política econômica, à política externa e ao governo Roosevelt no geral. Pela década de 1940, Barnes acabou por cair no ostracismo público. Entretanto, por esse mesmo período, ele acabou conquistando uma posição de proa entre a intelectualidade da extrema-direita estadunidense. Lugar que se consolidou e expandiu nos anos 1950, e até sua morte em 1968, quando ele foi aclamado entre círculos ditos libertários e revisionistas reunidos em torno de figuras como Robert LeFevre e Murray Rothbard<sup>5</sup>.

Carto era relativamente próximo de Barnes. Entre finais dos anos 1950 e ao longo dos anos 1960, os dois circularam pelos mesmos terrenos da extrema-direita, se corresponderam e se frequentaram em diferentes ocasiões. Carto via Barnes como uma espécie de mentor intelectual. Carto solicitava e acolhia de Barnes indicações de possíveis parceiros, conselhos editoriais e recomendações programáticas. Dessa forma, Barnes forneceu a Carto uma espécie de porta de entrada ao mundo dos escritos e dos escritores ditos revisionistas, mantendo-o informado sobre o que e quem acontecia, apresentando autores, sugerindo publicações etc. (MAGALHÃES, 2019, pp. 26-28).

Em 1965, quando essa relação parecia estar alguma coisa já estabelecida, Barnes e Carto se corresponderam e se encontraram para tratar da tradução e da publicação de textos do francês Paul Rassiner, caso único e paradigmático de um negacionista publicamente conhecido na Europa antes dos anos 1970.

---

<sup>5</sup> C.f.: nota 2. E também DAWIDOWICZ, 1980.

Barnes foi um dos responsáveis por apresentar a um público anglofóno os escritos de Rassinier como se eles fossem de natureza revisionista (IDEM)<sup>6</sup>. Textos do negacionista francês, com tradução para o inglês creditadas a Barnes, apareceram pela primeira vez nos EUA em uma coletânea editada em 1975, oito anos após a morte a do historiador estadunidense. Antes disso, porém, entre 1967 e 1968 Barnes, Austin J. App, um professor de inglês que logo se tornaria conselheiro do *National Youth Alliance* e era o diretor de uma importante organização de alemães étnicos nos EUA, e Herbert C. Roseman, editor e livreiro dono da *Historical Review Press*, uma editora e livraria especializada no revisionismo libertário, publicaram artigos sobre Rassinier na *American Mercury*, que era uma das revistas então dirigidas por Carto. Esses artigos de apresentação originalmente publicados na Mercury acabaram compondo o apêndice da primeira edição de *The Myth...* (1969).

Tudo indica que foi em torno desses círculos reunidos em relação a Barnesque Carto teve também contato com o livro de Hoggan. Segundo o próprio Carto, assim que teria terminado o manuscrito de *The Myth...*, Hoggan teria o enviado a amigos e pessoas que pudessem se interessar pelo material. Isso teria acontecido por volta de 1954. Entre os primeiros destinatários estariam Barnes, James J. Martin, um historiador destacado entre os círculos libertários que logo se tornaria colaborador de Carto, e, entre outros, Peter Townshend, um então ex-oficial do serviço exterior estadunidense conhecido e influente entre círculos da extrema-direita isolacionista, amigo de Barnes e de Carto, e, por um tempo, editor do *American Mercury*. Entre os segundos estava Tom Serpico, a quem Carto apresentou como um editor de materiais “históricos e católicos” de Hawthorne, na Califórnia, que teria, então, repassado o livro a Carto, que decidiu por publicar o material (CARTO, 2003).

E é igualmente possível que Carto tenha publicado *The Myth...* sem autorização de seu autor. Afinal, logo depois da publicação, Hoggan moveu uma ação contra o editor reclamando direitos autorais. O imbróglio estendeu-se até 1973 e talvez tenha terminado com um acordo entre as partes. Isso porque já no ano seguinte, em 1974, a *Noontide Press* lançaria uma segunda edição do livro, mais uma vez sem o nome de seu autor creditado. (DAWIDOWICZ, 1980; MAGALHÃES, 2019, pp. 29).

De qualquer forma, foi por meio desses círculos que a escrita, a edição e publicação de *The Myth...* aconteceu. Foi através desses mesmos feixes de relações, agora organizados em torno de Carto, que um programa político foi incorporado à uma imagem do Holocausto. Que imagem e que programa eram esses, e como uma informava o outro e vice-versa é o que demonstrarei a seguir.

---

<sup>6</sup>Sobre Rassinier, c.f.: BAYARD, 1996; ATKINS, 2003, MORAES, 2015.

### **A negação como programa**

A história contada em *The Myth...*(1969) dependia de alguns pressupostos para fazer sentido. Os leitores que aderissem a ela, antes de mais nada, deveriam acreditar e ter fé de que “os judeus”, assim mesmo, como indivíduos coletivos, seriam uma entidade homogênea e essencialmente mal, esotérica, que conspira o tempo todo e fora do tempo contra o mundo como ele deveria ser. Eles deveriam acreditar também que, vez ou outra, essa característica encontraria aliados ou adeptos cooptados para as suas manifestações, e que tais aliados ou parceiros ludibriados, assim como “os judeus”, seriam entidades enigmáticas, singulares, substantivas, natural e essencialmente negativas, como, no caso, “os comunistas” e “os plutocratas”/ “os liberais”/ “os capitalistas”.

Sem esses fundamentos, a imagem do Holocausto como “uma mentira”, como “um mito”, como “uma lenda” ou coisa que o valha não poderia fazer sentido. E foi assim que Carto, através do seu pseudônimo douto da época, o Dr. E.L. Anderson (1969), apresentou uns e outra em sua introdução para *The Myth of Six Million*.

A pequena introdução de Carto para *The Myth...* não apresenta, necessariamente, o conteúdo e a estrutura do volume. Como um acidente calculado, ela fala menos do livro do que do objeto do livro. Seu texto tem quatro partes que se sustentam sobre a imagem reiterada do Holocausto como uma mentira. E isso não foi por acaso. Além dessa imagem que era comunicada através de um léxico variado, mas semanticamente regular, a apresentação de Carto fornecia também um programa.

Primeiro Carto apresentava o objeto do livro e falava sobre aqueles que supostamente seriam seus mais elementares efeitos práticos e políticos sobre o mundo. Logo depois, ele incluía o livro e o que ele realizava em um auto-proclamada tradição historiográfica dissidente, contra o que seriam “os historiadores da corte” e a “corte dos historiadores” – o dito revisionismo. Logo depois, ele retomava os supostos efeitos produzidos pelo objeto para justificar o anonimato do autor do livro e, assim, reafirmar a potencial subversividade de seu material. No fim de sua apresentação, Carto reitera o pressuposto que fundamenta a imagem do Holocausto incorporada em *The Myth...* (1969), segundo a qual “os judeus”, como indivíduos coletivos e grupo homogêneo, seriam essencialmente ludibriosos e conspiradores.

O programa que atravessava a apresentação de Carto para a primeira edição de *The Myth...* (1969) se prendia a essas imagens. Nele Carto antecipava a ideia segundo a qual a política e o processo de extermínio nazista só poderia fazer sentido como “(um)a mentira”, como “(um)a lenda”, como “(um)a fraude”, como “(um)a enganação”, como “o mito”. Assim, e só assim, o Holocausto poderia produzir efeitos. E de nenhuma outra maneira ele poderia denunciar a degeneração do mundo, da qual seria, ao mesmo tempo, produto e produtor.

Ainda que vagamente definida e elaborada, a meta-síntese desse programa partia desse diagnóstico, igualmente definido de maneira genérica. Para salvar o mundo da degeneração, ou para reverter esse estado de coisas, seria preciso destruir a criatura e os criadores, i.e., respectivamente, os discursos autorizados sobre do Holocausto, “os judeus”, “os comunistas” e “os plutocratas” e suas variantes. E isso não se devia ao fato de que, segundo a crença e a pregação de Carto, o extermínio seria a justificativa moral para as indenizações e reparações pagas pela Alemanha a aquilo que no texto é nomeado como “Israel e seus judeus espalhados pelo mundo”.

Para Carto, o problema das reparações era um problema exclusivamente alemão e, portanto, menos deletério. Os problemas e efeitos mais graves dos discursos sobre o extermínio nazista, segundo ele, se manifestavam nos EUA e, por extensão, no mundo ocidental. E o mais rico em consequências deles seria uma espécie de censura generalizada sobre o que falar e fazer no espaço público. Segundo Carto, essa suposta interdição generalizada induzida como consequência do Holocausto ou dos discursos sobre o Holocausto incidia em duas questões propriamente políticas e cruciais naquele período.

Primeiro, ela supostamente impedia discussões sobre o problema da “culpa pela [segunda] guerra”. Para Carto, a Alemanha teria sido mesmo a grande vítima de uma conspiração entre forças ocidentais que levaram ao estado de guerra. Sua derrota no conflito teria equivalido à derrota do ocidente enquanto unidade, já que ela teria significado a vitória do que seria “a força oculta do sionismo” e de “seu irmão gêmeo, o comunismo”. Essa suposta versão da história, segundo Carto a verdadeira, teria se tornado por isso mesmo uma espécie de tabu impronunciável através da ação da imposição do que alegadamente seria uma história oficial que coloca a Alemanha nazista como a causadora da II Guerra Mundial.

Segundo Carto, essa derrota significava ainda que aqueles que supostamente seriam os reais e estrangeiros inimigos – “os judeus”, “os sionistas”, “os comunistas” – teriam se infiltrado de uma vez por toda na vida política, social, cultural e econômica dos EUA. Dessa forma, Carto acredita que quem ele chamava de “os perpetradores do mito”, se referindo aos “os judeus”, aos “plutocratas”, aos “comunistas” etc., teriam “encorajado o contato entre negros e brancos em uma mesma sociedade” através dos movimentos por direitos civis e anti-segregacionistas. Ao fazerem isso, segundo Carto, através da imagem do Holocausto, essas mesmas entidades esotéricas teriam agido misteriosamente para que se criasse um ambiente que tornava impossível tratar do fim da segregação como um problema. E não só isso: mas também propor uma solução que fosse elaborada em termos daquilo que Carto nomeia como uma “política racial” pensada e executada em princípios excludentes e da superioridade branca.

A lógica da ideia segundo a qual uma visão ou uma interpretação pública do passado dominante é, necessariamente, um instrumento de dominação foi atualizada por Carto em *The Myth...* (1969) através das referências nominais e subjetivas (Barnes, Rassinier, etc.) e

institucionais, no que se refere ao dito revisionismo dos libertários. Essa tendência, que se identificava como uma corrente ou uma escola da mesma forma como a negação viria a se identificar a partir de meados dos anos 1970, supunha que a natureza do Estado seria da dominação global sobre a vida de seus sujeitos. Tal crença proclamava que essa suposta dominação era exercida também através das representações que mantinham as coesões sociais, como as imagens do passado. Para tanto, ela oferecia como saída uma espécie de programa de liberação do passado daqueles que seriam os domínios do Estado. Por conseguinte, o revisionismo ao qual a negação do Holocausto agora se atrelava através de uma consubstanciação operada por Carto através dessas referências, supunha que não só o Estado, mas todas as formas de gestão ou de formação da vida coletiva definidas em torno do que seria uma “unidade orgânica cultural”, i.e., da raça, e, portanto, a vida coletiva ela mesma, haviam sido degeneradas pela ação de algum suposto “elemento estrangeiro”, do qual seria preciso livrar-se (C.f. MAGALHÃES, 2019, p 28-29.).

*The Myth...* (1969) foi oferecido por Carto como um meio, uma arma, um artefato para a divulgação e execução desse projeto que, por um categoria nativa, pode receber o nome de regeneração ou construção de uma “unidade cultural orgânica” superior e melhorada. E isso por que a imagem do Holocausto que o livro incorporava, assim como um de seus fundamentos, funcionavam em relação a uma dita “filosofia do passado” que foi apresentada pela primeira vez em outra infame introdução-programa de Carto: a da edição *da Noontide Press* para *Imperium*, livro neospengleriano de Francis Parker Yockey (1961), um misterioso intelectual estadunidense ligado a extrema-direita europeia, que, por essa época, vinha sendo oferecido por Carto como como leitura doutrinária para os membros do *National Youth Alliance*<sup>7</sup>.

Nessa introdução-programa Carto elaborou pela primeira vez o princípio que atravessa a edição de *The Myth...* (1969): a crença de que essa dominação global que atingia e se valia das interpretações do passado era, ao mesmo tempo, o produto e o produtor de um estado de coisas decadente que teria sido instaurado e mantido por supostos e misteriosos elementos estrangeiros essencialmente inimigos, corruptores, degenerados e degeneradores de uma suposta unidade orgânica cultural definida em termos racistas.

A introdução de Carto à *Imperium* (1961) realizava um feito extraordinário, mas relativamente simples. Através de uma síntese que preservava o princípio articulador do texto que introduzia, Carto conseguiu atualizar o anti-semitismo, o anti-americanismo e o (mais brando) anti-comunismo soviético de Yockey em seu próprio programa nacionalista-racista. O dispositivo que fundamentava essa síntese e fazia funcionar essa atualização era chamado por Carto de uma “filosofia da história” – um conjunto mais ou menos sistemático de princípios que incorporavam uma forma de ver e de fazer ver o mundo através do tempo (IDEM).

---

<sup>7</sup> Sobre Yockey, c.f.: FBI, Pasta HQ 62-106941; ZESKIND, 2009, pp. 9-12; KOOGAN, 2002; CARTO, YOCKEY, 1961; YOCKEY, 1961, 1949, 1948.

Segundo Carto, essa dita filosofia tinha um sentido prático que era fundamentalmente político. Seus princípios estabeleciam que o passado era como o tempo da ocorrência continua e inevitável da degeneração e do declínio do Ocidente enquanto “unidade orgânica cultural/racial”; que o presente era o tempo de lutas propriamente políticas entre os sujeitos e os objetos da degeneração e, dessa forma, da luta e da mobilização pela sobrevivência dos valores que faziam do “Ocidente” esse tipo de entidade distinta e distintiva; e por fim, estabelecia o futuro como a expectativa da vitória dos objetos pelos sujeitos da degeneração, do expurgo dos elementos estrangeiros e corruptores, da sanitização da vida coletiva organizada em torno dessa “unidade orgânica” que seria a raça e, finalmente, da construção de uma ordem em que o que quer fosse essa “unidade orgânica”, agora liberada, se estabelece através de formas de vida superiores em um mundo racialmente segregado (IDEM).

A crença de que o extermínio nazista era “um mito” produzido por conspiradores inimigos do Ocidente era uma ideia-força. Assim ela existiu, circulou, instituiu e foi instituída através de relações entre agentes nesse estágio particular do desenvolvimento de um campo da extrema-direita estadunidense. Sua lógica era essa da dita filosofia da história elaborada por Carto através de Yockey. Sua retórica era a mesma daquela prática revisionista dita libertária também consubstanciada. Entretanto, o sentido dessa crença como *ideia força* de um programa não dependeu só dessas variáveis.

Uma imagem do extermínio nazista atravessava todos os diferentes textos que compunham a primeira edição de *The Myth* (1969)... Mais que a introdução de Carto para o livro, era essa imagem que permitia que esses materiais fossem reunidos e dados a ler como um único bloco. E era ela que igualmente enquadrava a construção e a leitura da tese que atravessa o volume. Em todos os casos, ela é uma imagem unitária. O Holocausto aparece como uma substância unívoca, como se ele fosse natural e evidentemente “*a mentira*” ou, o que dá no mesmo, “*o mito dos seis milhões*”. E isso era uma novidade.

Nos EUA, entre o imediato pós-guerra e ao longo dos anos 1950 pouco se falava sobre o extermínio nazista. E uma série de fatores contribuía para isso: a euforia com a vitória, o conjunto de eventos extremamente violentos da guerra, o processo de adaptação dos deportados, a guerra fria etc. Pelo final dos anos 1960, a situação era outra. E era outra não só por que eram outras as circunstâncias, mas por que uma série de eventos trouxe o extermínio para um lugar de destaque no espaço público. Refiro-me ao processo que envolve a captura, o julgamento e a execução de Adolf Eichmann, entre 1960 e 1962, pela justiça israelense (C.f.: NOVICK, 2009, pp. 1-11, 109-123, 127-134; CESARINI, 2005, YABLONKA, 2004; MYLLER, 2002, MAGALHÃES, 2019).

Estudos sugerem que os eventos que integram o caso Eichmann tiveram efeitos significativos sobre a percepção pública do que hoje conhecemos como Holocausto. Segundo Peter Novick (2009, pp.127-134), diferente dos anos imediatamente posteriores ao fim da II

Guerra Mundial, muito se falou sobre o extermínio no período que vai da captura e à execução do oficial responsável pela logística de prisioneiros do sistema concentracional nazista. E a qualidade do que se falava era igualmente outra. No período do julgamento, a palavra Holocausto começou a ser usada de maneira corrente pela primeira vez fora de Israel. E, com a cobertura, com transmissão e com a repercussão do julgamento pela TV, pelo rádio ou pela imprensa, pela primeira vez estadunidenses tiveram acesso ao significado da palavra como um evento distinto da história dos judeus e como um crime particular entre o conjunto dos crimes nazistas<sup>8</sup>.

Mas essa distinção significativa era relativa. Ainda de acordo com Novick (2009, p. 134ss.), apesar de a política e o processo de extermínio ter sido apresentada e publicamente discutida como um evento particular, ele era igualmente elaborado e apresentado como se tivesse implicações universais. Mais precisamente, o discurso público sobre o Holocausto nesse período passou a incorporar valores liberais. Um caso exemplar desse tipo de expediente é o de um editorial publicado em uma revista semanal de grande circulação, a *Life Magazine*, no final de novembro de 1960, quando Eichmann ainda estava em custódia da justiça israelense.

O editorial apresentava o conteúdo de uma série de entrevistas supostamente concebidas por Eichmann a um colega nazista, ainda na Argentina, em função de um projeto para uma biografia. Segundo os editores da revista, esses documentos mostravam que a história de Eichmann era uma história que deveria ser conhecida não só em razão de sua crueldade e pela sua participação na “solução final”, mas, sobretudo pelo sentido universal de seus atos. A história de Eichmann teria “uma relevância amarga” naquele presente. E isso por que ela demonstrava que, “sob a forma de um patriotismo pervertido, Eichmann entregara sua consciência a um estado totalitário”, opção que fazia dele um “entre os nazistas, os comunistas e outros totalitários do passado e do presente, [...] homens que abdicaram totalmente o seu senso individual de moralidade em favor de um quadro fixo e instruções e diretivas.” (LIFE, 28 de nov. de 1960, C.f.: MAGALHÃES, 2019.)

Naquelas circunstâncias ainda marcadas pela guerra fria, os sentidos públicos do Holocausto passaram a alertar sobre a convivência ocidental com a barbárie totalitária – convivência que, naquelas circunstâncias, para certos círculos liberais, não poderia ser tolerada em relação ao que seria o mal totalitário ainda ameaçador da União Soviética. Eles passaram a indicar e a denunciar também a “desumanidade dos homens”. Passaram a identificar, por conseguinte e em oposição, as democracias liberais em relação a regimes formal e ideologicamente totalitários, no sentido das concepções que circulavam desde a década de 1930 e que foram incorporadas à lei de segurança nacional estadunidense, o Smith Act, que, por sua vez, igualava fascistas, comunistas e anarquistas. (NOVICK, Op. Cit.; MAGALHÃES, 2019)

---

<sup>8</sup> Sobre as coberturas e as transmissões do julgamento, c.f.: ARENDT, 2004; NOVIK, 2009; LIEBES, HERMAN, PINCHEVSKI, 2007; LHAV, 1992; SHANDLER, 2001.



Era contra esses valores encapsulados nessas imagens públicas do Holocausto como unidade distinta dos crimes do III Reich que funcionava e era definida a prática da negação tal como materializada em *The Myth...* (1969) que, por outra via, era também informada pela dita filosofia da história de Carto. No geral, não é possível saber se e em que medida a extrema-direita estadunidense respondeu e reagiu ao caso Eichmann e seus desdobramentos. Esse é um problema que sequer foi elaborado. Mas é possível sugerir com alguma segurança que o livro de Hoggan publicado por Carto tivesse sido, de alguma forma, uma dessas possíveis respostas.

### **Considerações Finais**

São circunstanciais as evidências que sugerem que *The Myth...* (1969) tenha incorporado e, de alguma forma, respondido às imagens do Holocausto circuladas a partir do julgamento de Eichmann. Entretanto, e por isso mesmo, elas permitem sugerir que a prática da negação incorporada ao livro publicado pela primeira vez em 1969 não foi fora de um contexto linguístico mais abrangente e multifacetado.

Não pode ter sido mero acidente que a imagem do Holocausto como uma unidade articulasse os diferentes textos da edição da *Noontide Press* de Carto para *The Myth...* (1969). O que sugeri e demonstrei é que a imagem do extermínio como “o mito” ou a “mentira” dependia, negativamente, daquela que toma o Holocausto como uma unidade distinta dos crimes nazistas e o reveste de implicações, valores e representações do modelo democrático-liberal.

Operações de sentido desse tipo só poderiam ter acontecido depois do julgamento de Eichmann. E não é por acaso que o livro de Hoggan tenha começado a ser escrito logo depois do julgamento, ainda em 1962. Além disso, como ficou demonstrado, depois de ter concluído o manuscrito de *The Myth...* em 1964, Hoggan o fez conhecido entre círculos de escritores, políticos e editores da extrema-direita que, por sua vez, o fizeram chegar a Carto, que, muito tempo depois, achou por bem publicar e lançar o livro nas circunstâncias da criação da *National Youth Alliance*, em janeiro de 1969, quando, além de ter conseguido sua autonomia organizacional em alguma medida, ele já conhecia e era conhecido no mundo dos ditos “revisionistas” reunidos em torno de Barnes.

Só assim a prática pode ter aparecido e se manifestado nessas circunstâncias como instrumento e objeto de mobilização de unidades de ação em potencial em torno das lutas pelas interpretações do passado, e, por essa via, pela definição do mundo social como um mundo racialmente segregado, como um mundo sem o outro.

Tratar do negacionismo dessa forma implica em tratar de duas dimensões mutuamente imbricadas. Por um lado, trata-se de localizar a prática da negação e os seus princípios entre as manifestações de uma cultura política exclusivista baseada nos princípios de pureza,

superioridade e vitalismo racial que atravessa o campo da extrema-direita como valores e práticas desde o século XIX. Aqui estaria, por exemplo, a visão do mundo moderno como sendo o lugar da ação conspiradora continuada no tempo e fora do tempo levada a cabo por entidades racializadas esotéricas estranhas e estrangeiras contra o mundo como ele deveria ser: o moderno mito arianista transformado em política de estado pelo III Reich, os programas e as práticas segregacionistas que bem conviveram com a democracia liberal estadunidense entre o final do século XIX e ao longo do século XX e etc.

Se é assim, e se essa visão atravessa e informa a prática negadora, o negacionismo não tem relações sequer negativas com o terreno da historiografia. Ele não corresponde a uma forma de revisionismo, ou de interpretações alternativas do passado. Ao contrário, ele tem relação com uma cosmologia política que engloba formas de perceber e agir sobre o mundo particular, nas quais o diferente e a diferença tomam parte senão como coisa que deve ser excluída de uma comunidade de individualidades comunitárias baseadas em classificações racistas.

Nesse sentido, as visões do passado produzidas e comunicadas pelos negacionistas podem ser tratadas, por um lado, como representações dão sentido à e têm sentido de certos grupos percebem e agem sobre o mundo para transformar o mundo. Seria o equivalente a dizer que se trata de uma variedade daquilo que Pierre Bourdieu (1998, p. 108) chamou de representações que tomam parte das disputas públicas pelas definições das fronteiras do mundo social.

Mais que isso, e para além do caso aqui demonstrado, ao contrário de certa historiografia<sup>9</sup>, seria preciso observar o processo de desenvolvimento das instituições negacionistas, que corresponde também ao processo da institucionalização de imagens públicas do Holocausto, partido do pressuposto de que estamos lidando com um fenômeno diverso e problemático que propõe soluções diferentes para a transformação da realidade como devir.

E isso significa objetivar as posições diferenciadas e diferenciadoras que correspondem ao princípio das tomadas de posição, das ações, dos programas, dos projetos, das estratégias, das relações, das regras, dos limites, do conhecimento e do reconhecimento dessas regras. E mais, ainda: investigar o processo de incorporação de uma competência específica – a de elaborar e comunicar certas imagens do passado – em um processo e um espaço de posições relativas e tensas que é o campo da extrema-direita.

Com isso, como este trabalho demonstra apenas parcialmente, as imagens do passado negacionista apareceriam não mais como um falseamento ou como um recurso externo que se mobiliza circunstancialmente em função de algum fim específico. Ao contrário, elas apareceriam como imagens falsas sobre o passado informadas, constituídas e instituídas em relação a formar

---

<sup>9</sup>Me refiro sobretudo à LIPSTADT, 1993; ATKINS, 2003; EATWELL, 1991,

de perceber e de agir sobre o mundo para transformar uma ordem que se julga corrompida e degenerada pela pluralidade e pela diversidade que são percebidos como valores típicos das democracias liberais.

### Referências Bibliográficas

APPLEBY, J.; HUNT, L.; JACOB, M. **Telling the truth about history**. Nova York: W.W.Norton & Cia., 1994.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ATKINS, S. **The Holocaust Denial as an International Movement**. Westport: Praeger, 2003.

BAYARD, F. **Comment l'idée vint à M. Rassinier: naissance du révisionnisme**. Paris: Fayard, 1996.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1998.

BRENNAN, J.; VOSSEN, B. van der; SCHIDTZ, D. (Orgs.). **The Routledge Handbook on Libertarianism**. Nova York: Routledge, 2017.

CESARINI, D. (Org.) **After Eichmann: collective memory and Holocaust since 1961**. Nova York: Routledge, 2005.

CHARNY, I. W. Innocent denials of know genocides: a further contribution to a psychology of denial of genocide. **Human Rights Review**, vol. 1, n. 3, p. 15-39, abril/junho de 2002.

\_\_\_\_\_. A classification of denial of the Holocaust and other genocides. **Journal of Genocide Research**, vol. 5, n.1, p. 11-31, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Encyclopedia of Genocide**. Vol I. Santa Bárbara: Abc-Clio, 1999.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DAWIDOWICZ, L. S. Lies about the Holocaust. **Commentary Magazine**, dez. de 1980.

DOHERTY, Brian. **Radicals for Capitalism: a freewheeling history of the modern American Libertarianism**. Nova York: Public Affairs, 2007.

DURHAN, M. **The Extreme-Right and American Politics**. Nova York: Routledge, 2007.

EATWELL, R. (Org.) **Western democracies and the new extreme-right challenge**. Nova York: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. The Holocaust Denial: a study in propaganda technique. In: CHELES, L. FERGUSON, R.; VAUGHAN, M. (Org.) **Neo-Fascism in Europe**. Londres: Longman, 1991.

\_\_\_\_\_. **Fascism: a History**. Nova York: Random House, 2011.

HOGGAN, D. Der Erzwungene Krieg: die Ursachen und Urheber des 2. Weltkriegs. Tübingen: Verlag der Deutschen Hochschullehrer- Zeitung, 1961, 893 pp. Resenha de: WEINBERG, G.L.A. **The American Historical Review**, vol. 68, n. 1, out. 1962.

\_\_\_\_\_. **The Forced War: when the peaceful revision failed**. Costa Mesa: Institute for Historical Review, 1989.

\_\_\_\_\_. **The Myth of Six Million**. Sausalito: Noontide Press, 1969.

KOOGAN, K. Lost Imperium: the European Liberation Front (1949-1954). **Patterns of prejudice**, vol 36, n.3, 2002.

KOSSELLECK, R. **Futures Past: on the Semantics of Historical Past**. Nova York: Columbia University Press, 2004.

LAHAV, P. The Eichmann Trial, the Jewish Question and the American-Jewish Intelligence. **B.U.L. Review**, n. 555, 1992.

LIEBES, T.; HERMAN, O.; PINCHEVSKI, A. Eichmann on the Air: Radio and the Making of an Historic Trial. **Historical Journal of Film, Radio and Television**, v. 27, n.1, 2007, pp. 1-25.

LIPSTADT, D. **Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory**. Nova York: Plume, 1993

LYNCH, D.; LYNCH, D. **The Routledge Companion to Fascism and the Far Right**. Nova York: Routledge, 2002.

MACLEAN, Nancy. **Democracy in chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America**. Nova York: Viking/Penguin Random House, 2017.

MAGALHAES, L. P.A. **Intelectuais de Extrema-direita e o negacionismo do Holocausto: o caso do Institute for Historical Review**. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

MORAES, L.E.S. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. **Boletim do Tempo Presente**, n.4, 2013

\_\_\_\_\_. O negacionismo e as disputas da memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e negação do Holocausto. In: Encontro de História ANPUH-Rio, 18, 2008, Rio de Janeiro: **Anais do XVIII Encontro de História ANPUH-Rio**, 2008.

\_\_\_\_\_. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio de História**, julho/2011

MULLOY, D.J. **The World of the John Birch Society**: conspiracy, conservatism, and the Cold War. Nashville: Vanderbilt University Press, 2014. Ed. Digital.

MYLLER, Y, N. Creating Unity through History: The Eichmann Trial as Transition. **Journal of Modern Jewish Studies**, v. 1, n. 2, junho de 2002, pp. 131–149.

NOVICK, P. **That noble dream**: the “objectivity” and the American historical profession. Nova York: Cambridge University Press, 2005 (1988).

\_\_\_\_\_. **The Holocaust and collective memory**. Londres: Bloomsbury, 2001.

RIGGENBACH, Jeff. **Why American history is not what they say**: an introduction to revisionism. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009.

ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010

ROTHBARD, M.N. **The Betrayal of American Right**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

\_\_\_\_\_. Harry Elmer Barnes, R.I.P. (Editorial) **Left and Right**: a journal for libertarian thought, Nova York, outono de 1968.

\_\_\_\_\_. The case for Revisionism (and against a priori history). **The Libertarian Forum**, Nova York, fev. de 1969.

SEIDE, G. **The Holocaust Denial**. Leeds: Beyond the Pale, 1986.

THE Editors of Life presents a major historical document - Eichmann tells his own damning story, Part I – “I transport they ... to the butcher”. **Life Magazine**, v. 49, n. 22, 28 de novembro de 1960, pp. 19-16.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória**: “Um Eichmann de Papel” e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

YABLONKA, H. **The state of Israel vs. Adolf Eichmann**. Nova York: Schocken Books, 2004.

YAKIRA, E. **Post-zionism, post-Holocaust**: three essays on denial, forgetting, and the delegitimation of Israel. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

YOCKEY, F. P. **Imperium**: the philosophy of history and politics. Sausalito, Noontide Press, 1961.

\_\_\_\_\_. **The proclamation of London**. Londres: European Liberation Front, 1949. Disponível em <<https://ia800300.us.archive.org/22/items/TheProclamationOfLondon/Proclamation.pdf>>, acesso em 13/02/2017.

ZESKIND, L. **Blood and politics: the history of the White nationalist movement from margins to mainstream.** Nova York: Farrar, Strauss & Girroux, 2009.

Artigo recebido em 20/02/2020 e  
aprovado para publicação em 21/04/2020